

* ARTIGO

Quando filhos e netos pagam a conta

RUBENS PENHA CYSNE



Pesquisa recentemente divulgada pela mídia reporta que “a maioria dos jovens entre 16 e 26 anos gostaria de morar no exterior”. Uma das formas de se definir justiça entre gerações é que ninguém se sinta em desvantagem por nascer em determinada geração, em vez de outra.

Ao que parece, esse não é o sentimento dos jovens atuais. Para boa parte desses jovens, o cálculo segue uma análise lógica pessoal na qual, relativamente a outros países, a residência no Brasil apresentaria maiores custos e menores benefícios.

O capital herdado do passado seria relativamente menor. E os compromissos de tributação e seguridade assumidos para o futuro relativamente maiores. A análise inclui o problema da falta de segurança pública, que pode ser visualizado como um capital social extremamente reduzido.

Democracia, leis e respeito às leis não garantem o respeito e a justiça entre gerações.

Tal justiça apenas se obtém através da opção deliberada da coletividade, expressa através de suas escolhas políticas. Reflete o bom senso de uma sociedade na qual uma geração não faz uso da sua soberania legislativa temporária para se sustentar às custas das gerações futuras.

Para ilustrar, tomemos um exemplo abstrato no campo previdenciário. O exemplo pode ser útil na compreensão de uma das facetas de injustiça intertemporal que parece ser subjacente aos anseios dos mais jovens.

Imagine uma sociedade democrática com três indivíduos, sendo um trabalhador ativo e os outros dois aposentados.

Suponha que, de forma por hipótese inicialmente equilibrada entre gerações, o trabalhador ativo tem um ganho (bruto) de R\$ 30 e os dois inativos, um ganho de R\$ 5. As duas aposentadorias são pagas cobrando-se a contribuição de R\$ 10 do indivíduo ativo e distribuindo igualmente para os dois inativos. Ou seja, as rendas líquidas finais são de R\$ 20 para o trabalhador ativo R\$ 5 para cada aposentado.

Um dia, os dois aposentados percebem que têm dois votos e o trabalhador apenas um voto. E que, em função disso, eles po-

dem, de forma democrática, mudar as regras do jogo distributivo entre gerações.

Os inativos decidem então que o trabalhador ativo deve passar a pagar toda a sua renda (R\$ 30) para a seguridade (em vez de apenas R\$ 10), e que esses R\$ 30 devem ser distribuídos igualmente entre eles (os aposentados).

Não é justo uma geração fazer uso da sua soberania legislativa temporária para se sustentar às custas das gerações futuras

Na situação prevista pela nova legislação, o trabalhador ativo, em minoria, passaria a um ganho líquido igual a R\$ 0. E os inativos, cada um, um ganho líquido igual a R\$ 15. Observe que qualquer situação próxima a essa, que garantisse alguma renda para o trabalhador ativo, poderia servir da mesma forma ao raciocínio aqui exposto.

A mudança de alíquotas, ainda que de acordo com as regras do regime democrático, obviamente não reflete respeito de uma geração para com outra. O trabalhador da ativa facilmente antecipará que, com esse regime, ele não poderá reaver suas contribuições ao se aposentar. Não haverá no futuro, conclui ele, jovens acei-

tando esse tipo de acordo. Com base nisso, ele também não aceita.

De forma reativa, ele passa a considerar três opções: parar de trabalhar, passar à informalidade ou emigrar para outro país. Qualquer que seja a sua escolha, os aposentados não terão renda nem igual a R\$ 5 (como antes da nova legislação), nem igual a R\$ 15 (como por eles prevista após a mudança de legislação). Mas sim igual a R\$ 0.

De fato, o único trabalhador ativo do qual dispunham para gerar renda e pagar seus proventos, quer escolha sua primeira (lazer), segunda (informalidade) ou terceira iniciativa (emigração), terá desaparecido da base de contribuintes ativos.

Os “direitos adquiridos” por aqueles que votaram sem demonstrar o devido respeito entre as gerações (na verdade, “direitos mal adquiridos”) viram pó, nada mais do que tinta borrada sobre papel velho.

Os mais jovens, gentilmente, estão nos enviando a sua mensagem. Muitos já votaram antes das eleições. Com os pés. Foram-se.



Rubens Penha Cysne é professor da FGV EPGE